

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

### MENSAGEM Nº 539, DE 2008.

Submete à elevada consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional.

**Autor:** Poder Executivo.

**Relator:** Deputado RUY PAULETTI.

## I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à elevada consideração do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 539, de 2008 - a qual encontra-se instruída com Exposição de Motivos elaborada pelo Ministério das Relações Exteriores - o texto do Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional.

O Protocolo sob consideração, conforme sua denominação indica, tem o objetivo único de introduzir emendas ao texto da *Convenção Relativa à Organização Hidrográfica Internacional*, OHI, celebrada em 3 de maio de 1967. O Protocolo em questão foi aprovado pelos Estados que compõem a OHI quando da realização da *Terceira Conferência Hidrográfica Internacional Extraordinária*, em 14 de abril de 2005, no Principado de Mônaco. Naquela Terceira Conferência foi adotada Resolução que aprovou o referido Protocolo, em versão consolidada da Convenção, que ora nos é submetida à apreciação.

04D4814103 \*04D4814103\*

## II – VOTO DO RELATOR

A comunidade internacional dispõe, desde o início do Século XX, de um importante instrumento de cooperação, no que se refere à navegação e à hidrografia: o *Bureau Hidrográfico Internacional*, ente criado em junho de 1921, com a finalidade de contribuir para tornar a navegação mais fácil e mais segura no mundo, por meio do aperfeiçoamento das cartas marítimas e dos documentos náuticos. À época, o *Bureau* contava com apenas 19 membros, entre eles o Brasil. Posteriormente, em 1967, os Estados membros do *Bureau Hidrográfico Internacional* e outros Estados nacionais, a fim de ampliar em uma base intergovernamental a sua colaboração em matéria de hidrografia, celebraram a *Convenção Relativa a Organização Hidrográfica Internacional*, em 3 de maio de 1967, a qual criou uma organização internacional em sentido próprio, a *Organização Hidrográfica Internacional*, com sede em Monte Carlo, no Principado de Mônaco e que conta hoje com a adesão de nada menos que 76 países. O Brasil aderiu à mencionada Convenção na mesma data de sua conclusão, adesão que foi aprovada pelo Congresso Nacional nos termos do Decreto Legislativo nº 45, de 28 de novembro de 1967. A Convenção foi enfim promulgada e passou a vigor no âmbito do ordenamento jurídico nacional a partir da edição do Decreto nº 68.106, de 25 de janeiro de 1971.

Dentre os propósitos da *Organização Hidrográfica Internacional*, OHI, vale destacar: a coordenação das atividades dos Serviços Hidrográficos; a obtenção da maior uniformidade possível nas cartas e documentos náuticos; a adoção de métodos eficientes e seguros de execução e aproveitamento de levantamentos hidrográficos; e o desenvolvimento das ciências no campo hidrográfico e das técnicas empregadas na oceanografia descritiva.

A OHI é um organismo intergovernamental, de cunho consultivo, sem qualquer autoridade sobre os Serviços Hidrográficos dos Estados-Membros. Embora suas resoluções não sejam coercitivas, as Repartições Hidrográficas nacionais acabam invariavelmente por adotá-las. Daí resulta que o domínio da hidrografia tem se tornado uma área em que a cooperação internacional é mais ativa e onde se alcança o mais alto grau de uniformidade nas especificações

técnicas, métodos e forma das publicações. A OHI é um organismo internacional que tem um caráter estritamente não-político e seu funcionamento se dá, sobretudo, no interesse dos navegantes de todos os países.

A OHI compreende um órgão deliberativo, a Conferência Hidrográfica Internacional e um órgão executivo, o Bureau Hidrográfico Internacional (BHI). O Bureau é administrado por um Comitê de três Diretores, eleitos a cada cinco anos durante as Conferências, sempre de diferentes nacionalidades, e por uma equipe permanente de técnicos e administradores. As funções do BHI são conduzidas em conformidade com as diretivas previstas para cinco anos e estabelecidas nas Conferências Hidrográficas Internacionais. As Conferências Hidrográficas Internacionais constituem o meio mais seguro de se obter a cooperação internacional em matéria de hidrografia, bem como a compreensão mútua entre as Repartições Hidrográficas nacionais. Durante as Conferências são passados em revista os trabalhos executados pelo BHI desde a Conferência precedente e decide-se sobre o aprimoramento técnico e as atividades futuras, sob a forma de Resoluções da Conferência. O Brasil, membro fundador da OHI, tradicionalmente se fez representar nas Conferências Hidrográficas Internacionais tendo, inclusive, eleito dois Diretores do BHI, o Vice-Almirante Alberto dos Santos Franco, no período de 1962 a 1967 e o Vice-Almirante Orlando Augusto Amaral Affonso, no período de 1982 a 1987.

Considerando a grande relevância das atividades da OHI para a cartografia, a navegação e a segurança nos mares e o conseqüente interesse dos Estados membros em mantê-la ativa e operante, surgiu aos poucos a necessidade de atualização do tradicional organismo, sobretudo no que se refere à sua visão geral de atuação, estrutura organizacional, objetivo e finalidades, de modo a reconduzi-la à sintonia com o cenário contemporâneo da Hidrografia e da Cartografia Náutica mundiais. Assim, em 2005, foi aprovado pelos Estados membros da OHI o Protocolo em apreço, que tem por objetivo promover o emendamento do texto da *Convenção Relativa à Organização Hidrográfica Internacional*, de 3 de maio de 1967.

Algumas das modificações resultantes do Protocolo aprovado referem-se a aspectos formais. Outras, as mais importantes, dizem respeito à redefinição dos objetivos da Organização e à sua estrutura institucional.

Vejamos, a seguir, o conteúdo de algumas destas alterações, que merecem destaque, ao texto original da *Convenção da Organização Hidrográfica Internacional*:

A primeira alteração, meramente formal, refere-se ao modo de designação do Estados que compõem a OHI, anteriormente denominados “Governos Partes”, passam a ser denominados, no novo texto, como “Países Partes”. Já, no “Artigo I” suprime-se a norma que estabeleceu a criação da organização e são acrescentadas, com caráter preambular, considerações destinadas a fundamentar a existência e a necessidade de funcionamento da OHI, bem como a reiterar o reconhecimento internacional quanto à sua utilidade como autoridade hidrográfica mundial que promove a cooperação internacional, a segurança marítima, a eficiência do setor marítimo e o comércio internacional, em consonância com os preceitos constantes da *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*.

No “Artigo II”, o Protocolo repete a norma que define a natureza da organização, que já constava do texto original, reafirmando destarte o caráter consultivo e técnico da organização. Porém, quanto aos seus objetivos, o novo texto amplia significativamente a missão da OHI, explicitando seus novos objetivos nesses termos: (a) Promover a utilização da hidrografia para a segurança da navegação e outros propósitos marítimos, bem como aumentar a tomada de consciência geral da importância da hidrografia; (b) Aumentar, a nível mundial, a abrangência, a disponibilidade e a qualidade dos dados, informações, produtos e serviços hidrográficos, bem como facilitar o acesso aos mesmos; (c) Melhorar, a nível mundial, as capacidades, os meios, a formação, as ciências e as técnicas hidrográficas; (d) Organizar e estimular o desenvolvimento de normas internacionais para dados, informações, produtos e serviços hidrográficos, bem como alcançar a maior uniformidade possível na utilização dessas normas; (e) Fornecer, em hora oportuna, aos Países e organizações internacionais, orientação abalizada sobre todos os assuntos relacionados à Hidrografia; (t) Facilitar a coordenação das atividades hidrográficas dos Países Membros; e (g) Aumentar, a nível regional, a cooperação de atividades hidrográficas entre os Países.

Comparativamente ao texto anterior, o conteúdo da nova redação, dada pela Emenda, é mais detalhado e preciso, aprimorando a explicitação dos

fins da organização e, ao mesmo tempo, ampliando o seu âmbito de atuação. Contudo, vale notar, o texto anterior possuía conteúdo semelhante, porém expresso de modo genérico.

Outra mudança importante que resulta das Emendas em apreço refere-se à estrutura institucional da OHI. Anteriormente composta apenas pelo *Bureau* e pela *Conferência*, a nova estrutura institucional foi ampliada e tornou-se do tipo próprio, adequado e compatível como o de uma organização internacional com a importância da OHI. Conforme dispõe o “Artigo IV”, a *Organização Hidrográfica Internacional* passa a contar com cinco órgãos institucionais, que são: (a) a Assembléia; (b) o Conselho; (c) o Comitê de Finanças; (d) o Secretariado; e (e) todos os Órgãos Subsidiários.

Cada um desses órgãos teve sua composição e funções definidas pelo novo texto da Convenção, sendo que tal medida representa, em essência, a maior transformação da OHI, que lhe permitirá maior agilidade e espectro de ação.

Assim, segundo o “Artigo V”, a Assembléia passa a ser o órgão principal da Organização e tem plenos poderes, a menos que seja regulamentado de outra maneira pela Convenção ou que certas atribuições da Organização sejam delegadas pela Assembléia a outros órgãos. A Assembléia é composta de todos os Países Membros e se reunirá em sessão ordinária a cada três anos, podendo, entretanto, reunir-se em sessões extraordinárias. No artigo 5º são definidas as atribuições da Assembléia, dentre as quais destacam-se: de acordo com o Regulamento Geral, eleger o Secretário Geral, bem como os Diretores e determinar os termos e condições do emprego dos mesmos; criar órgãos subsidiários; estabelecer o programa de ação geral, a estratégia e programa de trabalho da Organização; examinar as observações e recomendações apresentadas pelos Países Membros, pelo Conselho ou pelo Secretário -Geral; decidir sobre as propostas apresentadas pelos Países Membros, pelo Conselho ou pelo Secretário Geral.

Outro órgão que passa a assumir grande importância na nova estrutura da OHI será o Conselho, o qual será formado por um quarto dos Países Membros, mas não menos de trinta, sendo que os primeiros dois terços, em representação regional e o terço restante representando interesses hidrográficos, que são definidos no Regulamento Geral. As principais atribuições do Conselho

serão: coordenar, entre as sessões da assembléia, as atividades da Organização no que se referem à estratégia, programa de trabalho e disposições financeiras decididos pela Assembléia; informar a Assembléia, em cada sessão ordinária, sobre o trabalho realizado pela Organização; preparar, com a ajuda do Secretário-Geral, propostas relativas à estratégia geral e ao plano de trabalho a serem adotados pela Assembléia;

No “Artigo VIII” é estabelecida a normativa referente ao outro novo órgão da OHI, o Secretariado, o qual compreende um Secretário-Geral, que é o mais alto funcionário da Organização, Diretores e o pessoal de que a Organização precisar. Ao Secretário-Geral competirá manter todos os registros necessários à realização das tarefas da Organização e de preparar, coletar e distribuir toda a documentação que se fizer necessária. Além disso, cumpre ressaltar a norma constante da alínea “f” do “Artigo VIII”, segundo a qual, o Secretário-Geral, os Diretores e seu pessoal, no cumprimento dos seus deveres, não poderão solicitar nem aceitar instruções de qualquer País Membro ou de qualquer autoridade externa à Organização, bem como deverão abster-se de ações incompatíveis com sua situação de funcionários internacionais. Por outro lado, segundo esse mesmo dispositivo, cada País Membro, por sua vez, obriga-se a respeitar a natureza puramente internacional das funções do Secretário-Geral, dos Diretores e do pessoal e compromete-se a não influenciá-los no desempenho de suas tarefas.

Outra importante modificação decorrente da nova redação da Convenção encontra-se na disciplina constante do Artigo IX, sobre o sistema de tomada de decisões no seio da organização. O princípio geral é o de que as decisões serão tomadas por consenso. Porém, em não havendo consenso quanto a decisões, o texto estabelece critérios que variam segundo o caso. Assim, subsidiariamente, se não houver consenso, as decisões serão tomadas por maioria de Países Membros presentes e votantes, sendo que, exceto se a Convenção indicar de outra forma, cada País Membro tem direito a um voto. Contudo, as decisões sobre assuntos tocantes ao programa de ação ou às finanças da Organização, incluindo emendas aos Regulamentos Geral e Financeiro, deverão ser aprovadas por uma maioria de dois terços dos Países Membros presentes e votantes. Por fim, no caso da eleição do Secretário-Geral e dos Diretores, os Países Membros dispõem de um número de votos determinado por uma escala estabelecida em função da tonelagem das suas frotas.

Dispõe ainda o texto a cerca da personalidade internacional da OHI, a qual é reafirmada ( já fora constituída pelo texto anterior) pelo Artigo XIII que estabelece que a Organização possuirá personalidade jurídica e terá direito, no território de cada um de seus Membros, dependendo de acordo com o País Membro interessado, aos privilégios e imunidades necessários ao exercício de suas funções e consecução de seus objetivos.

Por fim, cumpre ressaltar o processo de entrada em vigor do texto emendado. Segundo o Artigo XX a nova redação, a Convenção estará aberta à adesão de qualquer País que seja membro das Nações Unidas e entrará em vigor para cada País na data em que sua proposta de adesão tiver sido recebida pelo Depositário (o Príncipe de Mônaco, conforme disposto no Artigo XVI), o qual notificará ao Secretário-Geral e ao conjunto dos Países Membros. Além disso, o País não-membro das Nações Unidas somente poderá aderir à Convenção mediante encaminhamento de proposta de adesão ao Depositário e aprovação de dois terços dos Países Membros.

Sendo assim, considerados os aspectos expostos *retro*, reconhecida a relevância das atividades da Organização Hidrográfica Internacional, sua histórica e importante atuação em benefício das navegações internacionais, em favor da segurança nos mares e do comércio internacional, e em consequência, o patente interesse dos Estados nacionais, incluindo o Brasil, em proporcionar à referida organização condições de atuação plenas, somos da opinião que tais argumentos e razões são suficientes para que apoiemos a aprovação das emendas à Convenção que ora consideramos.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do texto do Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional, nos termos do projeto de decreto legislativo que anexo apresentamos.

Sala da Comissão, em        de        de 2008.

**Deputado RUY PAULETTI**

Relator





## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº     , DE 2008.**

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Aprova o texto do Protocolo de Emendas à  
Convenção da Organização Hidrográfica  
Internacional.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica aprovado o texto do Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**Art. 2º** Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em     de     de 2008.

**Deputado RUY PAULETTI**  
Relator